



# CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE CARGOS PÚBLICOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA 29/1/2017

# **INSTRUÇÕES**

- 1. Confira abaixo: seu nome, número de inscrição e a função correspondente à sua inscrição. <u>Assine no local</u> indicado.
- 2. Verifique se os dados impressos no Cartão-Resposta correspondem aos seus. Em caso de irregularidade, comunique-a imediatamente ao Fiscal.
- 3. <u>Não</u> serão permitidos: empréstimos de materiais; consultas e comunicação entre os candidatos; uso de livros, apontamentos, relógios, aparelhos eletrônicos e, em especial, aparelhos celulares, os quais deverão ser desligados e colocados no saco plástico fornecido pelo Fiscal.
- 4. Aguarde o Fiscal autorizar a abertura do Caderno de Prova. Após a autorização, confira a paginação antes de iniciar a Prova.
- 5. Este Caderno de Prova contém 40 (quarenta) questões objetivas, cada qual com apenas 1 (uma) alternativa correta e 1 (uma) questão discursiva (Parecer Jurídico). No <u>Cartão-Resposta</u>, preencha, com tinta preta, o retângulo correspondente à alternativa que julgar correta para cada questão.
- 6. No Cartão-Resposta, <u>anulam</u> a questão: marcar mais de 1 (uma) alternativa em uma mesma questão; rasurar; preencher além dos limites do retângulo destinado a cada marcação. <u>Não</u> haverá substituição do Cartão-Resposta por erro de preenchimento.
- 7. Para a Prova Dissertativa, transcreva a resposta para a Folha Definitiva de Resposta, observando as instruções nela contidas. Não haverá substituição da mesma por erro de transcrição.
- 8. Não são permitidas perguntas ao Fiscal sobre as questões da prova.
- 9. A duração desta prova será de **4 (quatro) horas**, já incluído o tempo para preenchimento do Cartão-Resposta e da Folha Definitiva de Resposta.
- 10. Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao Fiscal.
- 11. Aguarde autorização para devolver, em separado, o Caderno de Prova, o Cartão-Resposta e a Folha Definitiva de Resposta, devidamente <u>assinados</u>.

<u> </u>	





Transcreva abaixo as suas respostas, dobre na linha pontilhada e destaque cuidadosamente esta parte.

RESPOSTAS																			
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40



#### LÍNGUA PORTUGUESA

### Leia o texto a seguir e responda às questões de 1 a 8.

### Juíza diz que trabalhadores resgatados da escravidão são "viciados"

"Os trabalhadores são, em sua maioria, viciados em álcool e em drogas ilícitas, de modo que gastam todo o dinheiro do salário, perdem seus documentos e não voltam para o trabalho, quando não muitos praticam crimes."

O comentário acima parece ter sido feito há mais de 100 anos, nos primórdios do mercado de trabalho assalariado no Brasil, mas foi proferido por uma juíza do Trabalho em Santa Catarina, neste ano. A juíza Herika Machado da Silveira Fischborn se referia a 156 trabalhadores que não recebiam salários há pelo menos dois meses e tiveram seus documentos retidos pelos donos da fazenda onde colhiam maçãs, em abril de 2010. Por lei, o empregador é obrigado a devolver a carteira de trabalho de um funcionário em até 48 horas após a assinatura do documento. Porém, segundo a juíza, a infração resultou em um suposto "benefício à sociedade". Sem dinheiro, documentos e transporte, os trabalhadores não conseguiam voltar para suas casas no interior do Rio Grande do Sul, de onde haviam saído com promessas de emprego. Eles sequer conseguiam chegar à cidade mais próxima, São Joaquim, a 40 quilômetros da fazenda onde trabalhavam, por estrada de chão. Diante do caso, auditores fiscais do trabalho constataram o cerceamento de liberdade, suficiente para caracterizar trabalho análogo ao escravo, como define o Art. 149 do Código Penal. A juíza, porém, anulou parte dos autos de infração registrados pelos auditores. Segundo a magistrada, eles agiram "de forma cruel" ao permitir que os trabalhadores voltassem "ao ciclo vicioso de trabalho inadequado, vício, bebida, drogas, *crack*, crime e Estado passando a mão na cabeça".

# Juíza pede que Polícia Federal investigue auditores fiscais

A magistrada não só anulou parte da operação dos auditores fiscais do trabalho, mas também pediu que a Polícia Federal os investigasse. Segundo Fischborn, eles "praticaram crime" porque "forçaram, inventaram e criaram fatos inexistentes". Ao negar os problemas encontrados no local, a juíza citou o procurador Marcelo D'Ambroso, que, durante a fiscalização, questionou a existência de trabalho escravo na fazenda. O procurador, hoje juiz do trabalho, teria dito que "não foi constatada a presença de barracos de lona ou choupanas para acomodação dos trabalhadores, uma das características típicas do trabalho escravo contemporâneo". As cenas descritas pelos auditores fiscais e as fotografias tiradas na fazenda, porém, mostram que os alojamentos não se encaixam nos padrões mínimos determinados pelo Ministério do Trabalho, que devem nortear o trabalho dos auditores nessas fiscalizações.

### Colchões não tinham cobertores e pregos estavam aparentes

Em uma das regiões mais frias do Brasil, os trabalhadores da fazenda moravam em um barracão de alvenaria, em camas com pregos expostos, sem lençóis ou cobertores, e em colchões de espumas desgastadas. Segundo a descrição feita à época, "os banheiros não possuíam portas e eram integrados aos quartos, fazendo com que a água do banho escorresse por debaixo das camas e aumentasse a umidade do local." Ali, também não existiam sequer vassouras e outros equipamentos de limpeza. Lilian Rezende, a auditora fiscal que coordenou a ação, diz que não inventou fatos e que sequer foi ouvida pela juíza, que teria extrapolado as suas funções. "É um processo que desde o início me condena de pronto, sem permitir minha defesa." Neste mês de setembro, a auditora levou o caso — cuja sentença foi proferida em março — ao Conselho Nacional da Justiça, responsável pela supervisão dos juízes em todo o país, e à Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae), vinculada à Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça.

### Outra juíza já havia derrubado autos de infração

A decisão de Herika não é a primeira a favor do empregador. O trabalho de fiscalização já havia sido derrubado por outra juíza do trabalho de Santa Catarina, em 2012. Na ocasião, a magistrada anulou a caracterização de trabalho análogo ao de escravo. O caso chegou ao Tribunal Superior do Trabalho, que devolveu o processo novamente para as instâncias inferiores, em Santa Catarina. O tribunal pediu que os 24 problemas encontrados pelos auditores fossem analisados separadamente, e que os juízes não entrassem no mérito do que definia ou não o trabalho escravo. Diante dessa sequência de decisões judiciais, o empregador não responderá na Justiça pelo crime de redução de pessoas a trabalho análogo ao de escravo. Já os auditores fiscais são os únicos que continuam a ter que se defender nesse caso.

(Adaptado de: LOCATELLI, P. *Carta Capital*. 19 set. 2016. Disponível em: <a href="http://www.cartacapital.com.br/sociedade/juiza-diz-quetrabalhadores-resgatados-da-escravidao-sao-201cviciados201d">http://www.cartacapital.com.br/sociedade/juiza-diz-quetrabalhadores-resgatados-da-escravidao-sao-201cviciados201d</a>>. Acesso em: 16 nov. 2016.)

- Com base nos conhecimentos sobre os conectivos "mas" e "porém", presentes no texto, atribua V (verdadeiro) ou F (falso) às afirmativas a seguir.
   ( ) "Mas" (linha 5) serve para indicar oposição entre as relações do comentário com contextos muito distantes no tempo: 100 anos atrás e os dias atuais.
   ( ) "Mas" (linha 5) estabelece o contraste entre o caráter fortuito do comentário e o caráter solene da sentença proferida pela juíza.
  - ( ) "Porém" (linha 9) expõe o confronto entre a retenção irregular da carteira de trabalho e a prática legal da devolução do documento ao empregado, que, neste caso, manteve o arbítrio em sua condição de trabalhador.
  - ( ) "Porém" (linha 15) ressalta divergências entre as perspectivas e as avaliações dos auditores fiscais e a análise da juíza quanto ao caso.
  - ( ) "Porém" (linha 25) revela a discrepância entre a descrição das cenas feita pelos auditores fiscais e as fotografias tiradas na fazenda.

Assinale a alternativa que contém, de cima para baixo, a sequência correta.

- a) V, V, F, F, V.
- b) V, F, V, F, F.
- c) V, F, F, V, F.
- d) F, V, V, F, V.
- e) F, F, V, V, V.
- 2 Quanto à concordância das formas verbais "colhiam" (linha 7) e "haviam saído" (linha 11), assinale a alternativa correta.
  - a) "Colhiam" está no plural para concordar com "documentos".
  - b) "Colhiam" está no plural para concordar com "donos da fazenda".
  - c) "Colhiam" está no plural para concordar com "maçãs".
  - d) "Haviam saído" está no plural para concordar com "trabalhadores".
  - e) "Haviam saído" está no plural para concordar com "suas casas".
- Sobre o período: "Porém, segundo a juíza, a infração resultou em um suposto 'benefício à sociedade'." (linhas 9 e 10), considere as afirmativas a seguir.
  - I. O termo "suposto" deixa claro que o autor do texto se abstém de endossar a avaliação da juíza como uma verdade inquestionável.
  - II. O termo "suposto" coloca em xegue a ideia de entender a atitude do empregador como infração à lei.
  - III. A expressão "benefício à sociedade" traduz uma percepção segundo a qual a restrição dos direitos daqueles trabalhadores à liberdade é mais nociva do que os efeitos dos "vícios" na sociedade.
  - IV. O uso de aspas em "benefício à sociedade" já indica a reprodução da interpretação da juíza para aquela infração à lei.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.
- 4 Sobre o termo "seguer", empregado nas linhas 12, 33 e 34, assinale a alternativa correta.
  - a) O termo, na linha 12, pode ser substituído por "nem mesmo", sem prejuízo do sentido original.
  - b) O termo, na linha 12, aponta para uma gradação: os trabalhadores, além de não conseguirem chegar a São Joaquim, são impedidos de retornar a suas casas.
  - c) O termo, na linha 33, pode ser substituído por "até", desde que haja a supressão do termo "não", sem acarretar prejuízo ao sentido original.
  - d) O termo, na linha 34, pode ser suprimido sem acarretar prejuízo ao sentido original, uma vez que o termo "não" já existe no mesmo período.
  - e) O termo, na linha 34, é utilizado para dar ênfase à identificação ideológica da auditora com os procedimentos da juíza.

- 5 De acordo com o texto, assinale a alternativa correta.
  - a) O procurador é arrolado pela juíza como autor de uma avaliação equivocada que está em sintonia com a fiscalização empreendida pelos auditores.
  - b) O empregador está isento de responder à Justiça, visto que anulações de operações dos auditores já foram efetivadas mais de uma vez por juízas diferentes.
  - c) A auditora Lilian Rezende reconhece que extrapolou suas funções de fiscalizar, mas alega fidelidade aos fatos postos sob suspeita pela juíza.
  - d) A decisão da juíza do trabalho que se deteve sobre o caso antes de Herika Fischborn expõe as controvérsias entre as juízas que apreciaram as condições do trabalho na fazenda.
  - e) As determinações do Ministério do Trabalho foram desobedecidas pelos auditores em suas fiscalizações.
- 6 Sobre o uso de "haviam saído" (linha 11) e "teria dito" (linha 23), assinale a alternativa correta.
  - a) A forma verbal "haviam saído" indica um tempo anterior a outro tempo no passado também focalizado no texto.
  - b) O trecho "de onde haviam saído com promessas de emprego" pode ser substituído por "onde houveram as promessas de emprego", sem prejuízo da norma culta.
  - c) O uso de "teria dito" decorre da desconfiança dos auditores fiscais em relação à avaliação do procurador.
  - d) O uso de "teria dito" deve-se ao fato de que Marcelo D'Ambroso avaliou as condições da fazenda antes da visita dos auditores fiscais.
  - e) O uso de "teria dito" remete ao fato de que Marcelo D'Ambroso foi procurador, mas atualmente é juiz do trabalho.
- Sobre o período "Lilian Rezende, a auditora fiscal que coordenou a ação, diz que não inventou fatos e que sequer foi ouvida pela juíza, que teria extrapolado as suas funções.", considere as afirmativas a seguir.
  - I. A oração "que sequer foi ouvida pela juíza" é subordinada adjetiva explicativa e coordenada sindética aditiva em relação à primeira oração do período.
  - II. A oração "que não inventou fatos" é subordinada substantiva objetiva direta em relação à primeira oração do período e coordenada com a oração imediatamente subsequente.
  - III. A oração "que coordenou a ação" é subordinada adjetiva restritiva vinculada ao aposto do sujeito da primeira oração do período.
  - IV. A oração "que teria extrapolado as suas funções" é subordinada adjetiva explicativa, vinculada ao agente da passiva da oração imediatamente anterior.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.
- No trecho "Neste mês de setembro, a auditora levou o caso <u>cuja</u> sentença foi proferida em março ao Conselho Nacional da Justiça" (linhas 36 e 37), o termo sublinhado
  - a) pode ser substituído por "que a", sem desrespeitar a norma culta.
  - b) pode ser substituído por "onde", sem desrespeitar a norma culta.
  - c) substitui o termo "caso", sem indicar posse, uma vez que inexiste antes do pronome a preposição "de".
  - d) está no feminino e no singular para concordar com "auditora".
  - e) está no feminino e no singular para concordar com "sentença".

### RACIOCÍNIO LÓGICO

9 Mônica, a presidente da associação do bairro do Limoeiro, solicitou a todos os seus associados que comprassem equipamentos de jardinagem para o paisagismo das vias públicas. Os equipamentos solicitados foram: temporizador para irrigação, tesoura de jardinagem, vassoura e luvas. Depois da compra, Mônica observou alguns fatos. Ela notou que todos que compraram tesoura de jardinagem também compraram luvas. Ela também notou que as pessoas que não compraram luvas são aquelas e, exatamente aquelas, que compraram vassoura. Finalmente, ela observou que entre aqueles que compraram o temporizador para irrigação, não há quem comprou luvas.

Sobre os associados do bairro do Limoeiro e admitindo como correta as observações de Mônica, considere as afirmativas a seguir.

- I. Todos que compraram temporizador para irrigação também compraram vassoura.
- II. Entre aqueles que compraram vassoura, não há ninguém que comprou tesoura de jardinagem.
- III. Entre aqueles que compraram tesoura de jardinagem, não há ninguém que comprou temporizador para irrigação.
- IV. Existe um associado que comprou o temporizador para irrigação e que comprou luvas.

#### Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

# 10 Leia o texto a seguir.

Frei Diego Galderón y Fuentes (1530 – 1619), teólogo madrilenho, inquisidor do Tribunal do Santo Ofício, dogmatiza que "Se existe identidade ou igualdade absoluta de duas ou mais pessoas, eventos ou objetos que altere a ordem divina, então existe heresia, indicando intervenção satânica no universo celestial criado por Deus Todo-Poderoso."

(Adaptado de: SOARES, J. Assassinatos na Academia Brasileira de Letras. São Paulo: Companhia das Letras, ano. Edição digital, loc. 225.)

# Assinale a alternativa que apresenta a inferência correta adotando, unicamente, o dogma de Galderón y Fuentes como premissa.

- a) Quando não existe heresia, então não existe identidade ou igualdade absoluta de duas ou mais pessoas, eventos ou objetos que altere a ordem divina.
- b) O dogma garante que existe identidade ou igualdade absoluta de duas ou mais pessoas, eventos ou objetos que altere a ordem divina.
- c) O dogma garante que existe heresia, indicando intervenção satânica no universo celestial criado por Deus Todo-Poderoso.
- d) O dogma garante que não existe heresia, pois esta indicaria intervenção satânica no universo celestial criado por Deus Todo-Poderoso.
- e) Uma condição necessária e suficiente para que haja heresia é a existência de identidade ou igualdade absoluta de duas ou mais pessoas, eventos ou objetos que altere a ordem divina.
- Uma caixa armazena certa quantidade de bolas pretas, brancas e vermelhas. Arthur retira *j* bolas de dentro da caixa, sem reposição. Admita que Arthur tenha retirado, ao acaso, somente bolas pretas. Na sequência, Maria decide retirar uma bola da caixa. Antes de retirar, entretanto, Maria nota que a probabilidade de retirar uma bola vermelha é o dobro de ela retirar uma bola preta.

Supondo que cada bola tem a mesma probabilidade de ser retirada e sabendo que os números iniciais de bolas vermelhas e pretas coincidem, assinale a alternativa que apresenta, corretamente, a quantidade de bolas retiradas por Arthur.

- a) Um terço das bolas vermelhas inicialmente armazenadas.
- b) Metade das bolas pretas inicialmente armazenadas.
- c) O dobro das bolas vermelhas inicialmente armazenadas.
- d) O dobro das bolas pretas inicialmente armazenadas.
- e) Todas as bolas pretas inicialmente armazenadas.

# 12 Leia o texto a seguir.

A nova placa do Mercosul (que veículos em circulação no Brasil deverão adotar até 2017) tem fundo branco com a margem superior azul, contendo ao lado esquerdo o logotipo do Mercosul, ao lado direito a bandeira do Brasil e, ao centro, o nome do país. As três letras e quatro números presentes nas placas atuais invertem de proporção: serão quatro letras e três números, em qualquer ordem – desde que o último caractere seja numérico.

(Adaptado de: *Veículos brasileiros terão placa do Mercosul em 2017, define Contran.* Disponível em: <a href="http://carros.uol.com.br/">http://carros.uol.com.br/</a> noticias/redacao/2016/05/27/veiculos-brasileiros-terao-placa-do-mercosul-em-2017-define-contran.htm>. Acesso em: 28 set. 2016.)

De acordo com o texto e supondo que cada letra possa ser livremente escolhida entre um grupo de 26 caracteres e que cada número possa ser livremente escolhido entre um grupo de 10 caracteres, assinale a alternativa que apresenta, corretamente, a quantidade de placas com a propriedade a seguir.

o primeiro caractere coincida com o último caractere e o caractere do meio seja numérico

- a)  $10^2 \times 26^3 + 10^3 \times 26^2$
- b)  $10^3 \times 26^2 + 10^2 \times 26^3$
- c)  $10^2 \times 26^4$
- d)  $10^3 \times 26^4$
- e)  $10^4 \times 26^3$

### LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

- O servidor nomeado para o cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório durante o qual sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo.

  Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, um dos requisitos dessa avaliação previstos na Lei Municipal nº 4.928/1992.
  - a) Urbanidade. c) Formalidade. e) Assiduidade.
  - b) Regularidade. d) Escolaridade.
- 14 Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, a penalidade para "insubordinação grave em serviço", na conformidade do que dispõe a Lei Municipal nº 4.928/1992.
  - a) Advertência.
  - b) Demissão.
  - c) Multa.
  - d) Repreensão.
  - e) Suspensão.
- Conforme a legislação municipal, deve ser aplicada pena de repreensão na situação em que o servidor público
  - a) exercer comércio entre os companheiros de serviço e promover listas de donativos dentro da repartição.
  - b) exercer atividades particulares no horário de trabalho ou empregar material do serviço público em serviço particular.
  - c) entreter-se, durante as horas de trabalho, em atividades estranhas ao serviço ou à atividade profissional.
  - d) deixar de representar aos superiores sobre todas as irregularidades de que tiver conhecimento no exercício de suas funções.
  - e) coagir ou aliciar subordinados ou companheiros de trabalho com objetivos de natureza política ou partidária.
- Sobre as competências do Município de Londrina, conforme previsto em sua Lei Orgânica, considere as afirmativas a seguir.
  - I. Adquirir bens imóveis, inclusive mediante desapropriação por necessidade da autoridade pública ou interesse imobiliário devidamente justificado.
  - II. Fomentar e organizar o abastecimento e o provento de produtos e serviços essenciais à vida humana.
  - III. Ordenar as atividades urbanas, fixando condições e horários para funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e similares, e das atividades artesanais.
  - IV. Organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo de caráter essencial.

### Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.
- A criação de distritos no Município de Londrina deve ser feita por lei e atender aos requisitos estabelecidos na sua Lei Orgânica.

Com relação a um desses requisitos, assinale a alternativa que apresenta, corretamente, a população mínima que deve ter a área onde se pretende criar um distrito municipal.

- a) Superior a mil habitantes.
- b) Superior a cinco mil habitantes.
- c) Superior a dez mil habitantes.
- d) Igual ou superior a dois mil habitantes.
- e) Igual ou superior a três mil habitantes.

- Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, matéria cuja iniciativa de leis seja de competência privativa do Prefeito do Município, em conformidade ao que dispõe a Lei Orgânica do Município de Londrina.
  - a) Concessão de honrarias.
  - b) Declaração de utilidade pública.
  - c) Matéria orçamentária.
  - d) Instalação de comissão especial de inquérito.
  - e) Nomenclatura de logradouros públicos.
- 19 Sobre as atribuições das comissões permanentes da Câmara Municipal de Londrina, previstas no seu regimento interno, relacione a coluna da esquerda com a da direita.
  - (I) Comissão dos Direitos Humanos e Defesa da Cidadania.
  - (II) Comissão de Política Urbana e Meio Ambiente.
  - (III) Comissão de Educação, Cultura e Desporto.
  - (IV) Comissão de Justiça, Legislação e Redação.
  - (V) Comissão da Seguridade Social.
- (A) Emitir parecer sobre recursos interpostos às decisões da Presidência.
- (B) Emitir parecer sobre ordenação e exploração dos serviços de transporte de passageiros e cargas.
- (C) Zelar pela preservação e proteção das culturas populares e étnicas do Município.
- (D) Opinar em proposições que versem sobre organização institucional da saúde no Município.
- (E) Emitir parecer sobre gestão da documentação governamental e patrimônio arquivístico municipal.

Assinale a alternativa que contém a associação correta.

- a) I-A, II-B, III-D, IV-E, V-C.
- b) I-A, II-D, III-E, IV-C, V-B.
- c) I-B, II-E, III-A, IV-C, V-D.
- d) I-C, II-B, III-E, IV-A, V-D.
- e) I-C, II-D, III-A, IV-E, V-B.
- Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, como devem ser desdobrados os artigos dos textos legais, conforme definido em legislação federal.
  - a) Em alíneas ou em incisos, as alíneas em incisos, os incisos em parágrafos e os parágrafos em itens.
  - b) Em parágrafos ou em incisos, os parágrafos em alíneas, os incisos em itens e as alíneas em parágrafos.
  - c) Em parágrafos ou em incisos, os parágrafos em incisos, os incisos em alíneas e as alíneas em itens.
  - d) Em incisos ou em parágrafos, os incisos em parágrafos, os parágrafos em alíneas e as alíneas em itens.
  - e) Em incisos e em parágrafos, os incisos em itens, os parágrafos em alíneas e as alíneas em incisos.

### **ADVOGADO**

- De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa que apresenta, corretamente, como o juiz deve decidir um caso quando a lei for omissa.
  - a) Em contrariedade aos interesses individuais contrapostos.
  - b) De acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.
  - c) Harmonizando a ideologia da lei com sua própria ideologia.
  - d) Ponderando valores e utilizando o princípio da proporcionalidade.
  - e) Utilizando sua discricionariedade e seu livre-arbítrio.
- Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, o prazo para contestar a Ação Popular e a prorrogação permitida a requerimento do interessado se, particularmente, for difícil a produção de prova documental.
  - a) 15 dias, prorrogáveis por mais 15.
  - b) 15 dias úteis, prorrogáveis por mais 10.
  - c) 15 dias úteis, prorrogáveis por mais 15.
- d) 20 dias, prorrogáveis por mais 20.
- e) 20 dias úteis, prorrogáveis por igual período.
- 23 Sobre os crimes eleitorais previstos no Código Eleitoral, considere as afirmativas a seguir.
  - Injuriar alguém, na propaganda eleitoral, ou visando a fins de propaganda, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro.
  - II. Difamar alguém, na propaganda eleitoral, ou visando a fins de propaganda, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação.
  - III. Divulgar, na propaganda eleitoral, fatos que sabe inverídicos, em relação a partidos ou candidatos e capazes de exercerem influência no eleitorado.
  - IV. Mentir ou deturpar informações, na propaganda eleitoral, visando ludibriar o eleitor, como meio de exercer influência sobre o eleitorado.

### Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.
- 24 Sobre os crimes contra a administração pública, previstos no Código Penal, considere as afirmativas a seguir.
  - I. Abandonar cargo público fora dos casos permitidos em lei.
  - II. Praticar violência no exercício de função ou a pretexto de exercê-la.
  - III. Desobedecer a superior hierárquico no exercício da função pública.
  - IV. Patrocinar, diretamente, interesse coletivo perante a administração pública.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.
- De acordo com o Código de Processo Penal, assinale a alternativa que apresenta, corretamente, o motivo pelo qual a autoridade poderá mandar conduzir o acusado à sua presença para interrogatório ou qualquer outro ato na ação penal, que, sem ele, não possa ser realizado.
  - a) A fim de que não haja manifestação contra o ato de interrogatório.
  - b) Se o acusado não atender à intimação para o interrogatório.
  - c) Como forma de atender aos interesses da coletividade na averiguação dos fatos.
  - d) Para a preservação da segurança do interrogado e de sua família.
  - e) Para punir pessoa mediante convicção de que tenha cometido crime.

- Sobre o direito de preempção que pode ser exercido pela administração pública, conforme definido no Estatuto da Cidade, considere as afirmativas a seguir.
  - I. Criação de parque industrial para doação de lotes a empresas.
  - II. Constituição ou regularização de reserva fundiária.
  - III. Execução de programas e projetos habitacionais de interesse social.
  - IV. Implantação de equipamentos urbanos e comunitários.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, o órgão competente para estabelecer normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente com vistas ao uso racional dos recursos ambientais, principalmente os hídricos.
  - a) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis IBAMA.
  - b) Secretaria Especial do Meio Ambiente SEMA.
  - c) Secretaria Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis SNMA.
  - d) Sistema Nacional do Meio Ambiente SISNAMA.
  - e) Conselho Nacional do Meio Ambiente CONAMA.
- A União, os Estados-membros, os Municípios e o Distrito Federal têm competências materiais e legislativas definidas constitucionalmente, classificadas pela literatura jurídica como exclusivas, comuns, privativas e legislativas.

Em relação às competências que pertencem aos Municípios, atribua V (verdadeiro) ou F (falso) às afirmativas a seguir.

- Criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação federal e o código de organização administrativa do Estado.
- Promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.
- ( ) Organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte interurbano.
- ( ) Manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e de Ensino Médio.
- ( ) Prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população.

Assinale a alternativa que contém, de cima para baixo, a sequência correta.

- a) V, V, V, F, F.
- b) V, F, F, V, V.
- c) F, V, V, V, F.
- d) F, V, F, F, V.
- e) F, F, V, V, F.
- 29 Sobre a possibilidade de que o Estado faça intervenção em seus municípios, considere as afirmativas a seguir.
  - I. Se o Tribunal de Justiça der provimento à representação para promover a execução de ordem da Câmara Municipal ou de decisão judicial.
  - II. Não forem aprovadas as contas do Município pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) ou pela Assembleia Legislativa do Estado.
  - III. Não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e no desenvolvimento do ensino.
  - IV. Deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.

# 30 A legislação brasileira define um dos poderes administrativos do Estado como sendo a

atividade de administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

(Art. 78 do Código Tributário Nacional.)

Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, a denominação desse poder administrativo estatal.

a) Poder de polícia.

- c) Poder discricionário.
- e) Poder regulamentar.

b) Poder disciplinar.

- d) Poder hierárquico.
- A concessão e a permissão de execução de serviços públicos, nos moldes do Art. 175 da Constituição Federal de 1988, devem ser sempre precedidas de licitação.

Sobre as situações em que a licitação não é obrigatória por ser dispensável, considere as afirmativas a seguir.

- I. Na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido.
- II. Quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.
- III. Compra de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, com prova de exclusividade, conforme determina a lei de licitações.
- IV. Contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- Vício é um defeito que permite a invalidação do ato administrativo, sendo o ato viciado aquele que possui um defeito nos seus elementos que gera sua invalidade.

Com relação ao ato administrativo, relacione os elementos, na coluna da esquerda, com os vícios, na coluna da direita.

(I) Sujeito.

(A) Desvio de poder.

(II) Objeto.

(B) Inexistência ou inadequação.

(III) Forma.

(C) Excesso de poder.

(IV) Motivo.

(D) Inobservância das formalidades exigidas.

(V) Finalidade.

(E) Vício de conteúdo ou de efeito e imoralidade.

Assinale a alternativa que contém a associação correta.

- a) I-B, II-A, III-D, IV-C, V-E.
- c) I-C, II-E, III-D, IV-B, V-A.
- e) I-D, II-B, III-A, IV-E, V-C.

- b) I-C, II-B, III-A, IV-E, V-D.
- d) I-D, II-A, III-B, IV-C, V-E.
- 33 Sobre a aplicabilidade dos direitos sociais, na conformidade definida na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.
  - a) São normas de aplicabilidade controlada pela possibilidade governamental.
  - b) São direitos fundamentais com aplicabilidade imediata.
  - c) Referem-se ao exercício de direitos que dependem de ponderação.
  - d) Podem ser abolidos por meio de emenda constitucional.
  - e) A eles é aplicado regime jurídico distinto dos direitos individuais quanto à aplicabilidade.

- 34 Sobre os efeitos temporais nas decisões em ações judiciais do controle de constitucionalidade no Brasil, conforme definido na legislação, assinale a alternativa correta.
  - a) A declaração de inconstitucionalidade poderá ter eficácia a partir de um momento que venha a ser fixado no futuro em face dos motivos determinantes da sentença.
  - b) O efeito é ex nunc em qualquer situação, em face de que esta é a característica peculiar do efeito temporal no controle concentrado.
  - c) Por maioria absoluta dos votos dos membros do STF, é possível decidir que a declaração de inconstitucionalidade tenha eficácia a partir do seu trânsito em julgado.
  - d) Por maioria de dois terços dos membros do STF, é possível que seja atribuído efeito *ex tunc*, retroagindo os efeitos da decisão à data do ato impugnado.
  - e) Uma das condições para que seja atribuído efeito *ex nunc* é que existam razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social.
- No Brasil, existe a exigência constitucional de que a propriedade cumpra uma função social. Sobre do que decorre constitucionalmente essa exigência, considere as afirmativas a seguir.
  - I. De reconhecimento da propriedade como um bem coletivo que exerce função social.
  - II. Da característica de direito social atribuída à propriedade em face do interesse democrático.
  - III. Da definição da propriedade como direito individual que deverá atender à sua função social.
  - IV. De princípio da ordem econômica que determina que a propriedade tenha uma função social.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.
- Conforme definido na Constituição Federal de 1988, a despesa com pessoal ativo e inativo dos municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, o limite estabelecido – frente à receita corrente líquida – legalmente para a despesa com o pessoal ativo e inativo do Município.

- a) 45%
- b) 50%
- c) 55%
- d) 60%
- e) 70%
- 37 A Constituição Federal de 1988 exige que os entes federativos realizem o planejamento das finanças públicas.

Sobre as leis de iniciativa do Poder Executivo Municipal que servem de instrumento e realização desse planejamento, considere as afirmativas a seguir.

- I. Responsabilidade Fiscal.
- II. Plano Plurianual.
- III. Diretrizes Orçamentárias.
- IV. Orçamento Anual.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

- Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, a ordem de apresentação de precatórios de pagamentos devidos pela Fazenda Pública Municipal, em virtude de sentença judiciária.
  - a) Cronológica.
  - b) Disponibilidade orçamentária.
  - c) Tipo de caso.
  - d) Tipo de pessoa.
  - e) Valor do respectivo crédito.
- O sistema tributário nacional, estabelecido constitucionalmente, define a distribuição de receitas tributárias, por meio da qual uma entidade se beneficia do produto arrecadado por outra.

  Sobre os impostos tributados pela União, que são partilhados com o Município, considere as afirmativas a seguir.
  - I. Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre as prestações de serviços de transporte intermunicipal.
  - II. Imposto sobre a propriedade de veículos automotores licenciados no território do Município.
  - III. Imposto sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis situados no Município.
  - IV. Imposto sobre a renda e os proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre os rendimentos pagos pelo Município.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.
- Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, a espécie tributária que pode ser instituída e cobrada pela prestação de um serviço público, mesmo que o contribuinte não o utilize.
  - a) Tarifa.
  - b) Taxa.
  - c) Contribuição de custeio.
  - d) Contribuição de melhoria.
  - e) Licença.